

BREVE ANÁLISE SEMÂNTICA DO PROGRESSIVO

Luís Filipe Cunha

1. INTRODUÇÃO

As construções progressivas são das mais interessantes e complexas estruturas, em termos aspectuais, na medida em que envolvem um grande número de problemas e interagem com múltiplos factores linguísticos. Tentaremos, com este trabalho, explorar a sua natureza, analisar algumas das suas propriedades semânticas, sobretudo para o Português, realçando o seu papel na interacção com os diversos componentes da língua em questão.

Iniciaremos a discussão com uma breve apresentação, muito informal, do Progressivo. Em 3., destacaremos os principais problemas que esta estrutura tem levantado (a saber, o seu comportamento estativo, o chamado Paradoxo do Imperfectivo, as suas possibilidades de combinação com as diversas classes aspectuais e os designados “objectos incompletos”). Em 4., debateremos as principais propostas de tratamento, mais ou menos formalizado, que têm surgido na literatura, procurando aquela(s) que melhor responda(m) às dificuldades com que nos deparámos. Finalmente, em 5., focaremos a interacção que se estabelece entre o Progressivo e alguns dos Tempos Gramaticais aspectualmente mais relevantes.

2. O PROGRESSIVO: PRIMEIRA ABORDAGEM

As denominadas **Construções Progressivas**, tipicamente realizadas através de *estar a* + Infinitivo, na Norma Padrão do Português Europeu, ou *estar* + Gerúndio, em certas variedades do Alentejo e Açores e no Português do Brasil, não só são possíveis com praticamente todos os Tempos Gramaticais admitidos nesta língua (ver os exemplos, naturalmente não exaustivos, em (1)), mas também parecem poder ocorrer com a (quase) totalidade das classes aspectuais de

predicações (embora existam, como veremos mais à frente, algumas restrições, sobretudo no que diz respeito aos estados; cf. (2)).

(1)

- a: João está a ler um livro. (Pres. Ind.)
- b: João estava a ler um livro. (Imp.)
- c: João esteve a ler um livro. (Pret. Perf.)
- d: (Antes de sair,) o João tinha estado a ler um livro. (Mais-que-Perf.)
- e: (É bom) estar a ler um livro. (Inf.)
- f: Se o João estiver a ler um livro... (Fut. Conj.)
- g: Se o João estivesse a ler um livro... (Imp. Conj.)
- h: João tem estado a ler um livro. (Pret. Perf. Comp.)

(2)

- a: O João está a gostar do filme. (estado)
- b: A Maria está a correr. (actividade)
- c: O Pedro está a lavar o carro. (accomplishment)
- d: O cão está a morrer. (achievement)
- e: * O João está a ser alto. (estado)

Coloca-se, neste momento, uma questão de resposta complexa: haverá algo, na semântica de frases como estas, que nos permita caracterizar o Progressivo? O facto de uma mesma construção, *estar a* + Infinitivo, comparecer numa diversidade tão grande de contextos torna difícil a procura e delimitação dos seus traços definidores, ou seja, das características semânticas que, por um lado, a identificam e que, por outro, a diferenciam de outras estruturas. É, contudo, necessário saber em que consiste, sob o ponto de vista semântico, o Progressivo e quais os seus efeitos ao nível das predicações em que está envolvido, para que tais propriedades possam ser devidamente reconhecidas.

Existem alguns conceitos que nos ajudam a identificar as propriedades e efeitos do Progressivo, ainda que de maneira bastante informal. Um dos mais relevantes é, sem dúvida, o de “progressão”: as eventualidades, no Progressivo, parecem ser perspectivadas como estando em “desenvolvimento”, “progresso” ou “decurso” (o que os autores de língua inglesa designam por

“*on-going*”). Com este conceito podemos relacionar outros dois, igualmente úteis para uma caracterização (informal) do Progressivo: a “duratividade” e a “incompletude”. Se uma dada eventualidade é apresentada no seu “decurso”, durante o seu “desenvolvimento”, isso parece implicar necessariamente uma certa “duração”, já que um qualquer “desenvolvimento” de uma situação requer um intervalo de tempo não momentâneo para se processar. Por outro lado, se uma eventualidade é focada na sua “progressão”, isso significa que ela é olhada como ainda não tendo alcançado o seu ponto de culminação, ou seja, como algo de “incompleto”, que pode, portanto, continuar e que, nessa medida, não atingiu ainda o seu “final”.¹

As coisas não são, contudo, tão lineares como parecem à primeira vista. Ao tentarem formalizar as ideias de “progressão”, “duração” e “situação incompleta” para o Progressivo, os diversos linguistas depararam-se com alguns problemas interessantes, que é necessário ter em conta e procurar solucionar.

Começaremos, pois, por uma breve análise de alguns desses problemas, passando, em seguida, à discussão das várias propostas apresentadas na literatura para o tratamento do Progressivo em termos formais.

3. ALGUNS PROBLEMAS CLÁSSICOS ASSOCIADOS AO PROGRESSIVO

Antes de procedermos à apresentação de algumas das teorias mais relevantes para a caracterização (mais ou menos) formalizada das construções progressivas, concentraremos a nossa atenção num conjunto de problemas que devem ser tomados em conta com vista a um tratamento adequado destas estruturas.

Assim, ao longo das páginas seguintes, argumentaremos em favor do carácter estativo das construções progressivas, discutiremos o chamado “Paradoxo do Imperfectivo”, destacaremos algumas questões relativas à interacção entre o Progressivo e as várias classes aspectuais e finalizaremos com o problema dos designados “objectos incompletos”. Os dados aqui observados estarão na base de muitos dos nossos comentários e reflexões, no sentido de avaliarmos as

diversas propostas de análise para o Progressivo, com o objectivo de reconhecer as que melhor se adequam ao seu comportamento.

3.1. O Carácter Estativo das Construções Progressivas

As chamadas “**Construções Progressivas**” manifestam diversas propriedades que permitem fundamentar a hipótese de que estamos perante estruturas tipicamente estativas. Na realidade, parece ser possível sustentar que um dos efeitos mais relevantes do Progressivo é o de “tornar” estativas as situações em que ocorre. Tentaremos, pois, avançar alguns argumentos que possam servir de base a uma tal proposta, realçando traços e comportamentos que nos possibilitem encarar as frases no Progressivo como suporte de “verdadeiros” estados.

Antes de aferirmos o comportamento das construções com Progressivo em relação aos “testes” de estatividade propostos por Dowty (1979), faremos breve referência a alguns argumentos que, longe de serem decisivos, constituem, contudo, no seu conjunto, uma série de factores que nos podem ajudar a confirmar o carácter estativo das estruturas em análise.

Em primeiro lugar, podemos relacionar o tratamento estativo do Progressivo com as características inerentes ao verbo *estar*, envolvido neste tipo de construção. Na verdade, *estar* comparece, tipicamente, apenas em predicacões estativas, como em “O João está doente” ou “Este livro está na mesa”, não manifestando, em si mesmo, outras propriedades aspectuais (embora os estados em que ocorre, sob determinadas circunstâncias, possam sofrer alterações em termos aspectuais, tal como a Rede de Moens (1987) prediz). Neste sentido, é de prever que a construção progressiva, formada com origem em tal verbo, mantenha as características estativas que lhe são próprias.

Podemos afirmar, por outro lado, que um dos critérios que permitem diferenciar os estados das outras categorias aspectuais tem a ver com a impossibilidade de os primeiros surgirem em construções progressivas. De facto, os estados apenas parecem poder comparecer em tais estruturas quando convertidos em processos, no interior da Rede Aspectual (cf. a noção de estados “faseáveis”, Cunha (1998) (nesses casos, porém, não são os estados, mas os processos

formados a partir deles, que admitem o Progressivo). Uma pergunta que imediatamente se coloca é a seguinte: qual é a razão que impede os estados (não convertíveis em processos) de se combinarem com o Progressivo, como em “* O João está a ser magro” ou “* Este casaco está a ser verde”? Uma hipótese de resposta pode apoiar-se na ideia de que um dos efeitos principais do Progressivo é o de tornar as predicções no seu escopo estativas e que, nesse sentido, a sua ocorrência com estados não “faseáveis” será simplesmente bloqueada por não produzir qualquer consequência ao nível da predicação, por ser irrelevante, redundante ou desnecessária.

Em terceiro lugar, parece-nos interessante notar as afinidades semânticas (de equivalência ou paráfrase) que se verificam entre alguns Progressivos e certas construções estativas. É o caso dos exemplos apresentados em (3) e (4).

(3)

a: O avião está a voar.

b: O avião está em voo.

(4)

a: Os preços estão a cair.

b: Os preços estão em queda.

Se é certo que este tipo de paráfrases não tem qualquer valor enquanto prova, não deixa, no entanto, de ser bastante sugestivo e de poder contribuir, embora não directamente, para a posição que temos vindo a defender.

A acrescentar a todos estes factos, Vlach (1981) refere alguns estudos históricos sobre o Progressivo no Inglês que relacionam a sua origem com construções locativas, tipicamente de tipo estativo. De resto, parece haver evidências em diversas línguas, mesmo pertencentes a famílias diferentes, de que existe uma estreita relação entre o Progressivo e certos estados locativos, o que, a confirmar-se, remeteria, mais uma vez, para o carácter estativo desta construção.

Parsons (1990) tece algumas breves considerações, igualmente relacionadas com a história da construção progressiva no Inglês, que, de certo modo, podem apoiar (ainda que, mais uma vez, de forma indirecta) a ideia de que o Progressivo está envolvido em estruturas estativas

(cf. Parsons (1990), Cap. 12). O autor coloca a hipótese de que, numa dada fase do Inglês Antigo, o Progressivo era formado a partir do verbo *to be* e de participípios presentes adjectivais. Ora, sendo todas as estruturas que envolvem *to be* + Adjectivo tipicamente estativas, o Progressivo constituir-se-ia também, a acreditar nesta sua origem, como a realização de um estado.

Se os argumentos apresentados até agora apenas indiciam, de forma bastante indirecta, o carácter estativo das construções com Progressivo, a análise do comportamento destas estruturas em relação aos “testes” de estatividade propostos por Dowty (1979) e Vlach (1981) parece ser um meio de fundamentação bem mais sólido e decisivo para confirmar tal ideia. De facto, as frases no Progressivo parecem ter um comportamento muito semelhante ao patenteado pelas predicções estativas, no que diz respeito aos critérios avançados pelos autores referidos, como procuraremos demonstrar em seguida.

1. O Progressivo não comparece em construções progressivas. Como já notámos antes, apenas os estados parecem manifestar certas restrições quanto à sua combinação com o Progressivo. Se, como (5) mostra, não é possível conjugar frases progressivas com o Progressivo, então esta pode ser considerada como uma indicação clara de que estamos perante construções de tipo estativo.²

(5)

- a: * O João está a estar a trabalhar.
- b: * O João está a estar a ler um livro.
- c: * O João está a estar a ligar a televisão.

2. O Progressivo não é possível com a maioria dos “testes de agentividade”. Embora muitas das frases com o Progressivo sejam formadas a partir de predicados tipicamente agentivos, elas não passam a grande maioria dos “testes” que Dowty (1979) propõe para o reconhecimento da presença desta propriedade. Assim, se é certo que as construções progressivas podem comparecer com adverbiais que remetem para a agentividade (cf. (9)), elas não admitem, contudo, formas do imperativo (cf. (7)), estruturas como “O que X fez foi...” ((8)) ou verbos como *persuadir*, *ordenar*, etc. ((6)).

(6)

- a: ?? O patrão persuadiu o João a estar a trabalhar.
- b: * A mãe obrigou o João a estar a ler um livro.
- c: * O irmão persuadiu o João a estar a ligar a luz.³

(7)

- a: * João, está a trabalhar!
- b: * João, está a ler um livro!
- c: * João, está a ligar a televisão!

(8)

- a: ?? O que o João fez foi estar a trabalhar.
- b: ?? O que o João fez foi estar a ler um livro.
- c: ?? O que o João fez foi estar a ligar a luz.

(9)

- a: O João esteve a trabalhar voluntariamente.
- b: O João esteve a ler um livro deliberadamente.
- c: O João esteve a ligar a luz de propósito.

Não estamos, neste momento, em posição de confirmar ou infirmar a possibilidade da existência de Progressivos agentivos: como vimos, os dados são complexos e algo contraditórios. No entanto, se pensarmos no comportamento dos estados relativamente a estes testes, parece não haver grandes dúvidas de que as frases no Progressivo “reagem”, quase sempre, como eles.

3. **As construções progressivas admitem uma leitura de “presente real”.** Normalmente os não-estados, quando combinados com formas do Presente do Indicativo, manifestam, preferencialmente, uma leitura habitual ou frequentativa, estando praticamente impedidos de veicular aquilo a que Dowty chama o “presente real”. Os estados, pelo contrário, podem ser suporte dessa leitura de “presente real”, que, neste caso, é a mais usual. Tal como todos os outros estados, as estruturas progressivas, no Presente do Indicativo, têm a interpretação de “presente no momento” como a mais frequente e “natural” (cf. (10)):⁴

(10)

a: O João está a trabalhar neste momento.

b: O João está agora a ler um livro.

c: O João está agora a ligar a televisão.

4. Tal como as predicções estativas, as formas progressivas parecem obedecer às mesmas restrições típicas no que respeita aos operadores aspectuais. Por exemplo, tal como todos os outros estados, as frases no escopo do Progressivo têm uma grande dificuldade em se combinarem com operadores como *começar a* (cf. (11)):

(11)

a: * O João começou a estar a trabalhar.

b: * O João começou a estar a ler um livro.

c: * O João começou a estar a ligar a televisão.

5. **As frases com Progressivo “contêm” as orações temporais pontuais.** Na presença de orações temporais introduzidas por *quando*, os estados surgem preferencialmente no Pretérito Imperfeito e parecem “englobar” ou “conter” a oração temporal (relação de inclusão), enquanto os eventos aparecem, tipicamente, com o Pretérito Perfeito e, ou são simultâneos, ou seguem a oração subordinada. As frases progressivas comportam-se como os estativos, i.e., “englobam” a oração pontual e são mais “naturais” com o Imperfeito:

(12)

a: O João estava a trabalhar quando eu cheguei.

b: O João estava a ler um livro quando eu entrei.

c: O João estava a ligar a luz quando ouviu barulho.

(13)

a: ?? O João esteve a trabalhar quando eu cheguei.

b: ?? O João esteve a ler um livro quando eu entrei.

c: * O João esteve a ligar a luz quando ouviu barulho.

(Os Progressivos parecem ter o mesmo comportamento que os estados em termos da sua função no discurso e das suas relações com as outras eventualidades no interior do texto. Não vamos, no entanto, explorar aqui estes factos.)

Podemos dizer que o comportamento das construções progressivas relativamente à grande maioria dos “testes” propostos para a distinção entre estados e eventos parece confirmar o carácter estativo destas estruturas. Por esse motivo, não é nada surpreendente o modo como elas se combinam com os adverbiais temporais, ilustrado em (14) e (15):

(14)

- a: (??) O João esteve a trabalhar às duas da tarde.
- b: O João esteve a trabalhar durante uma hora.
- c: * O João esteve a trabalhar numa hora.

(15)

- a: (??) O João esteve a ler um livro à uma da tarde.
- b: O João esteve a ler um livro durante uma hora.
- c: * O João esteve a ler um livro numa hora.

Tal como os estativos, as frases com Progressivo não admitem adverbiais que identificam (a totalidade de) uma eventualidade com um intervalo de tempo (cf. (14)c e (15)c); combinam-se, sem restrições, com adverbiais durativos (cf. (14)b, (15)b); e a sua ocorrência com adverbiais pontuais é condicionada: apenas quando existe uma interpretação em que o adverbial está “contido” (é um dentro de um conjunto de muitos momentos) na situação descrita é que tal combinação se torna possível (cf. (14)a e (15)a).

Também as diversas propriedades associadas às construções progressivas são muito semelhantes às que atribuímos aos estados: estas estruturas revelam-se “durativas” (cf. (14)b e (15)b), homogéneas (se abstrairmos da possibilidade de existência de pausas, qualquer subintervalo de “estar a ler um livro” é, igualmente, “estar a ler um livro”) e intrinsecamente atélicas (não manifestam, como veremos adiante, um ponto de culminação inerente). Por outro lado, tendo em conta a estrutura do Núcleo Aspectual de Moens (1987), não parece muito fácil determinar “fases” no interior de uma situação perspectivada pelo Progressivo.

Todos os elementos que temos vindo a considerar parecem apontar no sentido de um tratamento das situações expressas pelo Progressivo como sendo verdadeiros estados; assumiremos, pois, com base no que foi dito, o carácter estativo das construções progressivas.

3.2. O Paradoxo do Imperfectivo

Vamos agora apresentar brevemente um outro problema, que tem dado origem a acesa discussão na literatura, e tem de ser tomado em conta quando se pretende obter uma caracterização adequada para o Progressivo: trata-se do chamado **Paradoxo do Imperfectivo, proposto em Dowty (1979)**. A questão que debateremos remete-nos para certas assimetrias verificadas ao nível das inferências que se podem estabelecer (ou não) entre as formas progressivas e as suas correspondentes não progressivas.

Se um qualquer evento é verdadeiro em relação a um tempo presente, então, quando perspectivado a partir do futuro, ele será, logicamente, verdadeiro no passado. No entanto, se esse tempo presente for representado através de formas do Progressivo, observamos que uma tal afirmação não dá conta do que realmente se passa com certas predicções: a verdade de “O João está a ler um livro” não implica que, para um dado futuro, “O João leu um livro” seja necessariamente verdadeiro.

De um modo semelhante, o Progressivo Perfeito não implica necessariamente a verdade da realização “total” dos “accomplishments” e “achievements” com que comparece, ao contrário, por exemplo, do que geralmente sucede com um Pretérito Perfeito “simples”.

Por outras palavras, a perspectivização de uma eventualidade no Progressivo nem sempre implica a verdade do “todo” do estado de coisas descrito (cf. (16)):

(16)

a: O João esteve a ganhar a corrida mas não a ganhou.

b: O João esteve a ler este livro mas desistiu.

c: O João esteve a desenhar um barco mas não o desenhou (todo).

A questão torna-se ainda mais complexa ao observarmos certas assimetrias, em relação a determinadas inferências, que parecem decorrer directamente das oposições notadas ao nível das classes aspectuais das predicções envolvidas: assim, enquanto o Presente e o Perfeito do Progressivo de actividades implicam estritamente a verdade do Pretérito Perfeito “simples” da situação correspondente ((17)), isso não acontece quando as predicções em causa são “accomplishments” ou “achievements” (cf. (18)).

(17)

a: O João está a correr.

a': O João correu.

b: O João esteve a correr.

b': O João correu.

(18)

a: O João está a ler um livro.

a': O João leu um livro.

b: O João esteve a ler um livro.

b': O João leu um livro.

c: A Maria está a morrer.

c': A Maria morreu.

d: A Maria esteve a morrer.

d': A Maria morreu.

Nestes exemplos, o paradoxo reside no facto de a verdade das formas progressivas, que se combinam com dados eventos, não implicar necessariamente a verdade das suas correspondentes mais neutras no que diz respeito ao Aspecto.

As divergências em termos de implicações, exemplificadas em (17) e (18), colocam, mais uma vez, as oposições aspectuais no centro da discussão. O que pode estar na base destas diferenças de comportamento das várias categorias aspectuais, relativamente às implicações do Progressivo parece ser a sua estruturação interna. Na realidade, enquanto as actividades são homogéneas (i.e., cada subintervalo de uma dada actividade é igualmente uma actividade do mesmo tipo), “achievements” e “accomplishments” são não homogéneos (i.e., cada subintervalo de um dado “achievement” ou “accomplishment” nunca pode ser tido como a realização de um

evento idêntico àquele de que é parte). Sendo um dos principais efeitos do Progressivo o de mostrar um evento como “incompleto”, tal como sugerimos anteriormente, estas diferenças poderiam ser facilmente captadas com base nas seguintes observações: exprimindo um evento “incompleto”, o Progressivo focaria apenas “parte” de um tal evento. Ora, relativamente às actividades, cada “parte” (ou subintervalo) é idêntica ao todo: logo a verdade de “parte” de uma actividade implica a verdade da ocorrência de uma actividade do mesmo tipo. No caso dos “achievements” e “accomplishments”, cada “parte” (ou subintervalo) é diferente do evento completo: nesse sentido, a verdade de “parte” da realização de tais eventos não pode implicar necessariamente a verdade da concretização do seu “todo”, já que estamos perante realidades diferentes (não há aqui identidade entre o “todo” e as “partes” que o constituem).

Se pretendemos apenas uma única definição para o Progressivo (e é, realmente, este o caso), vai ser necessário, como veremos mais à frente, considerar a interacção que se estabelece entre as suas propriedades específicas e a estruturação fásica interna das predicções, com vista a uma explicação credível e adequada para estes dados, aparentemente tão contraditórios.

3.3. O Progressivo e as Classes Aspectuais de Predicções

Os factos discutidos em 3.2. sugerem a existência de uma interacção complexa, mas bem evidente, envolvendo o Progressivo e as diversas classes aspectuais de predicções. Torna-se, pois, bastante útil tentar determinar quais os condicionalismos que se verificam ao nível deste tipo de relações.

As várias categorias aspectuais vão projectar as suas propriedades específicas nas construções progressivas com que ocorrem, o que, como veremos, vai comportar consequências importantes em termos semânticos.

Como já notámos, há algumas restrições quando se procura combinar o Progressivo com eventualidades estativas. Assim, não são possíveis, com as formas progressivas, todos os estados introduzidos pelo verbo *estar* e também aqueles que, em Cunha (1998), 1.2, foram apelidados de “**não faseáveis**”. Se, como propusemos, apenas os **estados “faseáveis”** (ou seja, os que se podem comportar como não estados, graças à possibilidade de passagem a processos na Rede Aspectual)

são gramaticais com o Progressivo, então parece ser lícito levantar a hipótese de que esta estrutura é, na realidade, incompatível com “**verdadeiros**” **estados**. Tal hipótese permitiria explicar, em primeiro lugar, a impossibilidade de os estados “não faseáveis” se combinarem com o Progressivo; em segundo, dar conta do comportamento tipicamente não estativo com muita frequência associado aos estados “faseáveis” e, finalmente, encarar e justificar o carácter estativo das construções progressivas como uma das suas funções mais relevantes.

Praticamente todas as actividades podem ser combinadas com o Progressivo, dando origem, na presença de adverbiais durativos, a equivalências interessantes em relação às formas correspondentes que apresentam o Pretérito Perfeito “simples”:

(19)

a: O João esteve a correr durante duas horas.

b: O João esteve a trabalhar duas horas.

c: O João esteve a dormir da uma às seis.

(20)

a: O João correu durante duas horas.

b: O João trabalhou duas horas.

c: O João dormiu da uma às seis.

As equivalências, que podemos observar aqui, entre (19)a,b,c e (20)a,b,c parecem indiciar uma certa semelhança (para não dizer uma quase (completa) identificação) entre as condições de verdade definidoras das actividades, enquanto classe aspectual, e as das construções progressivas derivadas a partir delas. Seja qual for a teoria proposta, deverá dar conta de uma tal proximidade entre estas estruturas, em termos do seu valor de verdade.

Como já foi dito atrás, a verdade de um “accomplishment” no Progressivo não implica necessariamente a verdade do seu correspondente aspectualmente neutro. No entanto, para que este possa ser verdadeiro, é necessário que o seu Progressivo também o seja. Nesse sentido, os exemplos (21)a,b,c implicam estritamente os de (22)a,b,c, respectivamente.

(21)

a: O João comeu uma maçã.

b: A Maria construiu uma casa.

c: O cozinheiro preparou o almoço.

(22)

a: O João esteve a comer uma maçã.

b: A Maria esteve a construir uma casa.

c: O cozinheiro esteve a preparar o almoço.

Se a verdade da construção progressiva correspondente é condição necessária para a verdade do “todo” do “accomplishment”, e se o inverso não se verifica, então parece ser possível deduzir que as formas progressivas se constituem como uma (espécie de) “parte” relativamente à “totalidade” que é o “accomplishment”. Mais uma vez, uma observação como esta não deve ser esquecida na análise das estruturas em causa.

Os “achievements” distinguem-se dos outros eventos por serem télicos (i.e., terem uma delimitação intrínseca) e atómicos (i.e., momentâneos). No entanto, quando ocorrem no Progressivo, parecem perder estas duas características. A perda de telicidade poderá ser relacionada com o já apresentado Paradoxo do Imperfectivo, já que o Progressivo, representando o evento de forma “incompleta”, parece não incluir a sua “parte” terminal. Além disso, frases como as de (23) mostram que os “achievements” no Progressivo parecem “ganhar” duração (note-se a adequação dos adverbiais durativos nestas estruturas).

(23)

a: O João esteve a ganhar a corrida durante uma hora.

b: O João esteve a morrer durante um mês.

Mais ainda: a conjugação destes factores faz com que o Progressivo de um “achievement” possa ser verdadeiro, mesmo que este evento pontual nunca o venha a ser: Ex: “O João esteve a ganhar a corrida mas não a ganhou”.

Uma teoria sobre o Progressivo terá que ter em conta, não só os efeitos do Paradoxo do Imperfectivo (e, consequentemente, a perda de telicidade de “achievements” e “accomplishments”), mas também o facto de os “achievements”, tipicamente “instantâneos” ou atómicos, serem perspectivados de forma durativa.

Os factos que aqui discutimos apontam para o reconhecimento da relevância das diversas classes aspectuais no âmbito de uma análise do Progressivo. Mais especificamente, se pretendemos uma definição unificada para este operador, teremos de explicar as diferenças observadas recorrendo à constituição e estruturação interna das predicções.

3.4. "Objectos Incompletos"

Tipicamente, quando acontece que uma predicção, na sua forma aspectualmente mais neutra, supõe a existência de dados "objectos" (especificamente aqueles denotados pelos argumentos internos dos verbos), a construção progressiva correspondente não altera tal situação. Assim, por exemplo, tanto "O Pedro lavou o carro" como "O Pedro está a lavar o carro" pressupõem a existência de um carro (i.e., ambas estabelecem uma relação de pressuposição com frases como "Existe um carro que o Pedro lavou/está a lavar").

No entanto, com os chamados "verbos de criação", encontramos uma clara assimetria a este respeito: enquanto as predicções aspectualmente "neutras" pressupõem sempre a existência dos "objectos" referidos no OD, as suas correspondentes progressivas não parecem manter tal inferência. Se podemos concluir, a partir de "O João desenhou um círculo", que "existe um círculo que o João desenhou", não é muito evidente que "O João esteve/está a desenhar um círculo" nos obrigue a assumir a existência de "um círculo"; na realidade, se "O João está a desenhar um círculo" é verdadeiro, então, sob um certo ponto de vista, ainda não existe "um círculo" (completo ou acabado) desenhado pelo João.

Impõe-se, pois, uma explicação para o facto de certos Progressivos não determinarem a existência (completa, "total") (das denotações) dos seus Objectos Directos, contrastando, assim, com as formas não progressivas que lhes correspondem.

Importa, desde já, deixar bem claro que estamos a tratar, não de objectos "físicos" do mundo real, i.e., entidades concretas e mensuráveis do planeta em que vivemos, mas antes de "objectos linguísticos", ou seja, dos diversos modos como os objectos reais são perspectivados ou "captados" pelas expressões linguísticas. É, pois, importante reconhecer que os objectos, tal

como apresentados na linguagem, podem diferir, nas suas propriedades distintivas, dos objectos tomados enquanto parte do universo dito real.

Existem várias maneiras possíveis de resolver o problema. Uma delas, proposta, no enquadramento teórico da semântica dos mundos possíveis, entre outros, por Landman (1992), 1.2, encara o Progressivo como uma espécie de modal. Neste contexto, as formas progressivas são concebidas como referindo parcialmente, no mundo real, uma eventualidade que apenas estará completa num dado mundo possível. Ora, os “objectos” referidos pelos “verbos de criação” só podem ser considerados extensionalmente em relação à eventualidade como um “todo”; perspectivados pelo Progressivo, que faz referência à “totalidade” da eventualidade correspondente num dado mundo possível (e não no real), esses “objectos” apenas poderão surgir como “intensões” ou “objectos potenciais”, remetendo para um tal mundo alternativo. A adopção de uma perspectiva deste género implica necessariamente um tratamento modal do Progressivo, o que não é, como veremos, uma ideia muito consensual.

Para os autores, como Parsons (1990), 9.3.2, que defendem, em termos de Progressivo, um tratamento não baseado em mundos alternativos (e, por conseguinte, não modal), uma análise como a de Landman mostra-se pouco satisfatória. Parsons nota, no entanto, que, em termos puramente linguísticos, os “objectos incompletos” podem manter a mesma designação atribuída aos “objectos completos”. Nesta perspectiva, um “círculo” incompleto equivale, em termos de uso linguístico, a um “círculo”. Se admitirmos a existência de “objectos incompletos”, linguisticamente não diferenciados dos “completos”, teremos o problema resolvido: “um círculo” em “O João está a desenhar um círculo” não será mais do que um “objecto incompleto”.

Outra alternativa, próxima da anterior, que surge como uma consequência natural das propostas de Moens (1987), passa por considerar os “objectos” como analisáveis em “fases”. Estando todos os constituintes de uma frase (e não apenas os verbos) envolvidos na determinação do seu tipo aspectual (cf. Mourelatos (1981), não nos parece totalmente descabido pensar que as propriedades aspectuais da predicação influenciem e se manifestem nos diversos elementos nela envolvidos. Assim, no caso dos “verbos de criação”, pode ser levantada a hipótese de que as propriedades aspectuais que caracterizam a predicação (ou se lhe aplicam) se projectam no “objecto da criação”, que passaria a “reflectir” ou “espelhar” a estrutura fásica da predicação de que faz parte. As “fases” dos objectos incompletos corresponderiam directamente às “fases” da eventualidade em que estão inseridos. Esta concepção permitiria, assim, captar as diferenças, em

termos de “objectos”, que intuitivamente reconhecemos em estruturas como “O João começou a desenhar um círculo”, “O João está a desenhar um círculo”, “O João está quase a acabar de desenhar um círculo” etc. (cf. a noção de **homomorfismo** em Krifka (1989) e Filip (1996)).

A escolha de uma ou outra destas propostas vai depender, naturalmente, da análise que se considerar mais conveniente para o tratamento do Progressivo.

Sistematizando:

Qualquer proposta de análise para o Progressivo terá de se confrontar com a necessidade de acomodar as seguintes observações:

- as frases no Progressivo comportam-se, basicamente, como estativos;
- os valores de verdade das formas progressivas de eventualidades télicas não implicam a verdade do “todo” da situação correspondente (Paradoxo do Imperfectivo);
- os “achievements”, no Progressivo, perdem não só a telicidade mas também a “instantaneidade”, propriedade que, como vimos, caracteriza este tipo de situação;
- com “verbos de criação”, as formas progressivas supõem, geralmente, a existência de “objectos incompletos”.

4. ALGUMAS PROPOSTAS DE TRATAMENTO

Tendo em conta os diversos problemas levantados em 3., discutiremos algumas das principais propostas, apresentadas na literatura, com o objectivo de captar as propriedades semânticas características do Progressivo. Tentaremos, sempre que possível, estabelecer uma comparação entre estas várias hipóteses, no sentido de determinar o seu alcance e adequação. Procuraremos, igualmente, encontrar uma teoria que dê resposta satisfatória às variadas questões a que aqui temos vindo a fazer referência.

4.1. De uma Semântica de "Momentos" a uma Semântica de "Intervalos"

Os primeiros esforços para a caracterização formal do valor de verdade das construções progressivas surgiram no âmbito de uma semântica baseada, primordialmente, nas noções de “momentos” e “intervalos” de tempo. Vamos, pois, apresentar e discutir algumas destas propostas, especificamente as de Scott (1970), Bennett e Partee (1978) e Bennett (1981).

Scott (1970) (tal como Richard Montague) formula as condições de verdade para o Progressivo a partir da concepção básica de que uma proposição só pode ser verdadeira relativamente a “momentos de tempo”. A sua proposta é, mais ou menos, a seguinte:

(24)

PROG[p] é verdadeiro para um momento tx sse existe um intervalo aberto de momentos de tempo, I , tal que tx é membro de I e p é verdadeiro em todos os momentos $t_1...t_n$ em I .⁵

Ora, torna-se evidente que um tratamento como este não consegue dar conta do Paradoxo do Imperfectivo (cf. Dowty (1979)). Na realidade, se a forma não progressiva correspondente tem de ser verdadeira em relação a todos os momentos de tempo no intervalo que inclui o instante em que o Progressivo é verdadeiro e se, relativamente a este momento, existem sempre instantes que lhe são anteriores no interior do intervalo (e em que p é, portanto, verdadeiro), então a verdade de uma frase no Progressivo implica necessariamente a verdade da sua correspondente “neutra”.⁶ Assim, e ao contrário do que vimos em 3., “O João esteve a desenhar um círculo” implicaria sempre a verdade de “O João desenhou um círculo”.

Uma outra limitação presente nesta proposta prende-se com a existência de “achievements” no Progressivo. Como já foi referido, os “achievements”, porque pontuais, são verdadeiros relativamente a um (único) momento de tempo. Ora, esta concepção prevê a verdade da eventualidade não progressiva sempre para um conjunto de momentos contíguos. Contudo, um “achievement” só pode ser verdadeiro relativamente a um instante. Levada às suas últimas consequências, uma hipótese como esta prediria que “O João está a ganhar a corrida” implica “O João ganhou N vezes a corrida”, ao contrário dos factos. Ou seja, o Progressivo de uma

culminação não implicaria a verdade de um só “achievement”, mas antes de uma iteração destes eventos.

Conscientes das muitas dificuldades que derivam do recurso exclusivo aos “momentos de tempo” na formulação das condições de verdade para as predicções, Bennett e Partee (1978) propõem avaliar a validade das proposições em termos de “intervalos de tempo”: as condições de verdade de uma proposição poderão passar a ser consideradas, não apenas em relação a momentos, mas também a intervalos, tomados como unidades básicas ou primitivos.

É importante notar que existem motivações, independentes do Progressivo, que favorecem uma tal proposta. Em primeiro lugar, a verdade de uma frase como “O Zé montou a tenda em dez minutos”, considerada relativamente ao todo do intervalo em questão, difere completamente dos resultados obtidos quando se procede a uma avaliação dos valores relativos aos seus momentos constitutivos. Por outras palavras, a verdade de um “accomplishment” num dado intervalo é, de certa forma, (inteiramente?) independente da verdade desta mesma eventualidade nos momentos que a constituem. Em segundo lugar, é perfeitamente possível assumir que “O João trabalhou durante (toda) a manhã” descreve um estado de coisas verdadeiro, mesmo que existam “pausas”, i.e., mesmo que a frase não seja verdadeira relativamente a todos os momentos incluídos no intervalo em causa. Mais uma vez, a verdade de uma actividade num intervalo parece ser relativamente independente da verdade dessa mesma actividade em cada momento isolado dentro desse período (ver Kratzer (1989)).

Tomando estas observações como ponto de partida, Bennett e Partee (1978) procuram dar conta dos efeitos do Progressivo do seguinte modo:

(25)

PROG[p] é verdadeiro em I sse I é um momento de tempo e existe um intervalo I' tal que I é um subintervalo de I' (I está contido em I'), mas I não é um subintervalo final de I' e p é verdadeiro em I' .⁷

Esta formulação parece evitar, para o momento da enunciação, pelo menos, o Paradoxo do Imperfectivo. Na realidade, “O João esteve a construir um castelo” pode ser verdadeiro, no momento em que é pronunciado, mesmo que “O João construiu um castelo” ainda não o seja, i.e.,

mesmo que o intervalo I' que inclui I ainda não tenha chegado ao seu termo. Mas isto não soluciona o problema, apenas o adia. Assim, segundo esta concepção, é necessário que, num dado futuro (no final do intervalo I'), p seja verdadeiro para que o Progressivo correspondente também o possa ser. Frases como “O João esteve a ganhar a corrida mas não ganhou” ou “A Ana esteve a escrever um romance mas desistiu/não o chegou a escrever (todo)” seriam anómalas em termos semânticos, ao contrário do que realmente sucede. Ou seja, uma proposta como a de Bennett e Partee requer que a forma não progressiva venha a ser verdadeira, mais tarde ou mais cedo, para que o Progressivo também o possa ser; contudo, os dados parecem revelar exactamente o contrário, ou seja, que uma forma progressiva pode ser verdadeira mesmo que o seu correspondente não progressivo nunca o venha a ser.

Ainda no âmbito de uma semântica de intervalos, Bennett (1981) procura resolver o complexo problema do Paradoxo do Imperfectivo recorrendo à noção de intervalos abertos. A sua proposta para o tratamento do Progressivo é a seguinte:

(26)

PROG[p] é verdadeiro em I sse I é um momento de tempo e existe um intervalo aberto de tempo, I' , tal que I é um subintervalo de I' (ou seja, I está contido em I') e p é verdadeiro em I' .⁸

Se é certo que esta formulação parece resolver o Paradoxo do Imperfectivo, ela não deixa, contudo, de ser algo problemática. Em primeiro lugar, a ideia de intervalos abertos de tempo poderá remeter, em termos ontológicos, para a de intervalos infinitos. Nessa medida, não nos parece muito fácil avaliar a verdade de uma proposição relativamente a um intervalo de tempo infinito, já que os estados de coisas são, tipicamente, limitados no tempo (i.e., têm um início e um fim, não se prolongam indefinidamente). Outra questão, talvez mais séria, a que esta hipótese parece não ser capaz de dar resposta (sobretudo em línguas como o Português, em que há uma oposição explícita, nos tempos do passado, entre Perfeito e Imperfeito) prende-se com a possibilidade de compatibilizar a verdade de uma frase no Progressivo com a da sua correspondente no Pretérito Perfeito. Este tempo gramatical, como já foi dito, comporta em si uma informação de “terminado” no passado. Ora, uma eventualidade terminada é, naturalmente, identificada com um intervalo fechado. Poderemos compatibilizar a necessidade de um intervalo fechado, para dar conta da ideia de “terminação”, exigida pelo Perfeito, com a obrigatoriedade de

um intervalo aberto, exigida pelas condições de verdade para o Progressivo, em frases idênticas às que se seguem?

(27)

a: O João esteve a ler este livro durante as férias e, como era de esperar, já o leu.

b: A Maria esteve a regar o jardim: não precisas de o regar porque ela já o regou.

c: A Ana esteve a ganhar a prova da primeira à última volta e, na verdade, ganhou-a.

Nestes três exemplos, o Progressivo não deixa de ser perfeitamente natural, mesmo que as formas não progressivas que lhe correspondem tenham de ser verdadeiras relativamente a um intervalo fechado. Dito ainda de outra forma, para que esta proposta fosse possível, tal como formulada por Bennett, qualquer frase no Progressivo Perfeito implicaria sempre a verdade do seu Progressivo Presente (por exemplo, “O João esteve a pintar a casa” implicaria necessariamente “O João está a pintar a casa”), como consequência da imposição da verdade da eventualidade não progressiva num intervalo aberto (logo, não limitado) de tempo.

Nenhuma destas teorias parece, pois, ser adequada para dar conta do comportamento semântico das formas progressivas: as duas primeiras são incapazes de resolver o Paradoxo do Imperfectivo e a última parece ser excessivamente restritiva, ao exigir a verdade de uma eventualidade não progressiva num intervalo aberto de tempo em todas as ocorrências possíveis do Progressivo. Mais: nenhuma resolve a questão dos “achievements” no Progressivo nem tem nada a dizer sobre o carácter estativo destas construções. Por tudo isto, parece ser necessário abandonar as explicações que recorram única e exclusivamente a noções de mera localização temporal, como as de “momentos” e “intervalos”; os dados mostram-se demasiado ricos para as possibilidades teóricas de tais propostas.

4.2. A Proposta de Dowty (1979)

Com o objectivo de encontrar uma solução para alguns dos problemas levantados pelas propostas que apresentámos em 4.1. (sobretudo no que respeita ao Paradoxo do Imperfectivo),

Dowty (1979) recorre à introdução de mundos alternativos na definição das condições de verdade para o Progressivo, analisando-as, pois, no contexto da interacção que se estabelece entre os intervalos de tempo e os mundos possíveis.

Na sua forma mais simples, a definição de Dowty (1979) para o Progressivo é a seguinte:

(28)

PROG[p] é verdadeiro em (I, w) (para um índice formado por um intervalo I e por um mundo w) sse existe um intervalo I' tal que I está contido em I' e I não é um subintervalo final de I' e existe um mundo w' tal que w' é exactamente igual a w em todos os momentos que precedem e incluem I e p é verdadeiro em (I', w') .

Esta definição levanta imediatamente uma questão: que mundos alternativos poderão ser w' ? Torna-se necessário restringir e caracterizar o(s) mundo(s) possíveis em que p é verdadeiro, tanto mais que, sem uma tal restrição, o mundo real poderia ser sempre um candidato muito provável a w' , permanecendo, conseqüentemente, todas as condições para a manutenção do Paradoxo do Imperfectivo inalteradas. É neste contexto que Dowty (1979) introduz na teoria o conceito de “*inertia worlds*”.

Os “*inertia worlds*” são concebidos como mundos possíveis ou alternativos, exactamente idênticos ao mundo de referência (geralmente o mundo real) até um dado momento, a partir do qual podem diferir dele (ou não), na medida em que representam sempre aquilo a que Dowty chama o “**curso natural dos eventos**”, ou seja, nos “*inertia worlds*” nada de inesperado, imprevisto ou “anormal” acontece. O mundo real deve poder (mas não tem necessariamente que) ser um “*inertia world*”.

Não é muito fácil dar uma definição para “curso natural dos eventos”. Na verdade, um tal conceito não pode ser identificado com o de “similaridade” entre mundos, já que isso equivaleria a dizer que o mundo real é sempre um “*inertia world*”, resultado que deve ser evitado. Dowty propõe que as coisas decorrem normalmente sempre que são perfeitamente compatíveis com o desenvolvimento passado dos eventos. Assim, os “*inertia worlds*” são, no dizer de Dowty, os mundos “in which the future course of events after this time develops in ways most compatible with the past course of events” (p. 148).

Com base neste conjunto de definições, Dowty reformula a sua caracterização dos efeitos do Progressivo do seguinte modo:

(29)

PROG[p] é verdadeiro em (I, w) sse existe um intervalo I' e um conjunto de “*inertia worlds*” V tal que I é um subintervalo não final de I' , os “*inertia worlds*” em V são exactamente idênticos a w em todos os momentos precedendo e incluindo I , e p é verdadeiro em (I', V) .

Tendo em conta que o mundo real pode divergir dos “*inertia worlds*”, na medida em que nele coisas consideradas “inesperadas”, por vezes, acontecem e requerendo a nossa interpretação do Progressivo que a verdade (da totalidade) da situação não seja obrigatória no mundo real, quando nos referirmos à verdade de uma eventualidade relativamente aos “*inertia worlds*” (que podem ser idênticos ao mundo real, desde que neste os eventos sigam o seu curso natural), estaremos em condições de dar conta do Paradoxo do Imperfectivo. Na verdade, esta formulação capta, de maneira correcta, o Paradoxo do Imperfectivo, na medida em que não requer que o evento “completo” seja verdadeiro relativamente ao mundo real, isto é, permite que “estar a desenhar um círculo” seja verdadeiro, mesmo que “desenhar um círculo” nunca o venha a ser.

Uma outra forma de caracterizar o Progressivo, com efeitos semelhantes aos da anterior, mas sem recurso a “*inertia worlds*”, pode ser construída a partir da noção de **tempo ramificante**. Se concebermos o decurso do tempo, não como uma simples linearidade, mas como um conjunto de “futuros possíveis”, poderemos prescindir da noção de “*inertia worlds*”, substituindo-a pela de “*inertia futures*”. Na verdade, tal como vimos para os mundos alternativos, não é todo e qualquer futuro possível, no âmbito de uma ramificação temporal, que serve para a avaliação dos valores de verdade do Progressivo: é necessário que esse futuro siga o “curso natural das coisas”, ou seja, que se revele “o mais compatível possível” com o passado dos eventos.

A caracterização do Progressivo, com o recurso a “futuros possíveis”, será muito semelhante à de (29), manifestando apenas as alterações devidas à substituição dos “*inertia worlds*” pelos “*inertia futures*”. Uma tal definição poderá ser como a que se segue:

(30)

PROG[*p*] é verdadeiro num intervalo I (no contexto de um tempo ramificante) sse existe um conjunto, F, de “*inertia futures*” para I e *p* é verdadeiro em F.

Tanto a definição de (29) como a de (30) comportam as mesmas consequências e levantam o mesmo tipo de problemas, pelo que, tal como Dowty sugere, é relativamente indiferente optar por uma ou por outra.

Uma observação atenta da proposta de Dowty (1979) põe em evidência certas questões que não são fáceis de resolver. Daremos conta, seguidamente, de algumas das dificuldades mais frequentes com que os linguistas se depararam ao considerarem esta hipótese.

Um dos problemas mais complexos relacionados com este tipo de teoria é, sem dúvida, o da definição de noções como as de “curso natural de eventos”. Torna-se necessário determinar, com precisão, aquilo que deve ser considerado como “normal” ou “natural”. O “esperado” ou “normal” parece depender, em grande medida, das situações particulares e concretas de comunicação e, talvez mais ainda, dos conhecimentos, expectativas e experiência dos falantes. Ora, para a interpretação semântica do Progressivo, enquanto tal, estes factores não parecem ser nucleares nem essenciais. Por outras palavras, a semântica do Progressivo não se revela na dependência de factores “subjectivos” ou “individuais”, como os que estão na base de uma noção como a de “normalidade”. É, por isso, (pelo menos em certa medida) desejável alterar o tratamento do Progressivo, no sentido de reter apenas as condições semânticas e interpretativas que lhe são próprias, remetendo para o campo da pragmática questões mais dependentes da interacção individual e do contexto, como são as da avaliação da “normalidade” das situações.

O carácter vago destes conceitos coloca-nos perante um outro problema: a necessidade de resolver o Paradoxo do Imperfectivo exige que o “mundo real” não seja sempre um “*inertia world*”, para que frases como “O João esteve a ganhar a corrida mas não ganhou” sejam possíveis. No entanto, é no mundo real que as coisas parecem seguir o seu curso mais “natural”, ou seja, aquilo que consideramos mais “normal” é o que realmente acontece, já que todas as nossas expectativas parecem estar fundamentadas, de uma forma ou de outra, no que nos sucede. Por outro lado, para que as coisas sejam possíveis na nossa realidade, é necessário que sejam compatíveis com o passado, isto é, tudo o que se passa no nosso mundo, para ser possível, verdadeiro, tem que ser coerente com todos os eventos anteriores. O carácter vago de noções

como as de “normalidade” ou de “curso natural das coisas” torna difícil saber se existem circunstâncias em que a realidade vai contra essa “normalidade”, tanto mais que é no próprio “mundo real” que fundamentamos tais conceitos. Dito de outra maneira, não é muito claro que existam situações em que o “mundo real” não seja, efectivamente, um “*inertia world*”.

Vlach (1981), 4.2, destaca uma outra objecção interessante. Imaginemos uma situação em que, durante todos os dias da semana, o João se levanta às oito da manhã, toma o pequeno almoço, sai de casa, viaja de autocarro e começa a trabalhar às nove e meia. Naturalmente, uma frase como “O João está a trabalhar” só será verdadeira quando proferida depois da hora indicada para o início da actividade em questão. No entanto, não é isso que a teoria de Dowty prediz. Assim, se, quando o João está a tomar o pequeno-almoço, depois de se ter levantado às oito horas, o “curso natural das coisas” é, como parece, a sua saída de casa e a sua ida para o trabalho, então esses factos constituem-se como “*inertia worlds*” ou “*inertia futures*” para a situação descrita. Nesse sentido, “O João está a trabalhar” seria uma frase asserida como verdadeira, mesmo para o intervalo de tempo em que o João está a tomar o pequeno-almoço. Quer dizer, não é apenas o que se passa na parte final que tem de ser tomado em consideração; o início é igualmente importante. A adopção do conceito de evento para a avaliação das operações aspectuais permitirá, no entanto, solucionar esta dificuldade, na medida em que o exemplo anterior passará a ser visto como uma sucessão de eventos, até certo ponto, autónomos.

Para finalizar, vamos fazer referência a mais um problema clássico, que deriva das concepções de Dowty (1979). A fragilidade presente no conceito de “*inertia worlds*” foi, mais uma vez, posta em evidência por linguistas como Vlach e Landman. Na verdade, uma frase como “A Ana estava a atravessar a rua quando foi atropelada por um camião” pode ser asserida como verdadeira relativamente a um intervalo que comece 15 ou 10 segundos antes do atropelamento. No entanto, partindo do nosso conhecimento do mundo, o “curso natural dos eventos” seria, neste caso, o atropelamento, nunca o “atravessar a rua”. Por esse motivo, os “*inertia worlds*” teriam de prever o atropelamento, não a travessia e, conseqüentemente, fariam com que o Progressivo, nesta frase, fosse necessariamente falso, ao contrário do que os factos sugerem. Torna-se, pois, urgente rever as condições de verdade para o Progressivo, de forma a permitir que, mesmo em casos em que a verdade do evento “completo” no “curso natural/normal das coisas” não se verifique, a verdade da forma progressiva se possa manter.

Existem, a nosso ver, razões suficientes para abandonar esta teoria, tal como foi formulada aqui; será desejável encontrar uma proposta que não dê origem a tantas dificuldades e que, por outro lado, tenha em linha de conta aspectos como o carácter estativo das formas com Progressivo ou a possibilidade de combinação destas construções com “achievements”.

4.3 . As Propostas de Landman (1992) e Glasbey (1996)

Baseando-se em três definições diferentes para as condições de verdade do Progressivo, consideradas todas, separadamente, insatisfatórias, Landman (1992) tenta, através da conjugação dos seus conceitos mais relevantes, solucionar o problema em análise. Começemos, pois, por dar conta das várias propostas que estarão na base da hipótese de Landman (1992), mostrando em que medida são, isoladamente, incapazes de dar uma resposta adequada aos objectivos que nos propomos atingir.

Iniciaremos a nossa discussão pela hipótese a que Landman dá o nome de “**proposta de normalidade**” (*Normality Proposal*):

(31)

Normality Proposal: $\text{PROG}[p]$ é verdadeiro para um mundo w num intervalo I sse um processo de p , e , decorre em (w, I) e, para qualquer “*inertia world*” de (w, e, I) , i.e., para todos os mundos possíveis em que e segue o seu curso natural, há um intervalo contendo I (e de que I não é um subintervalo final) em que p é verdadeiro.

Se esta proposta, focando o “curso natural das coisas” apenas na parte relevante de (um evento) e , retira, no mundo real, interferências indesejáveis de elementos exteriores ao evento perspectivado através do Progressivo (como o camião do exemplo do atropelamento), não resolve, no entanto, a totalidade da questão. Por um lado, continuamos sem uma definição credível de “curso natural das coisas” e, por outro, qualquer Progressivo de um acontecimento não “normal” seria impedido por esta definição. Como, no próprio mundo real, nem sempre as coisas acontecem como seria “esperado” ou “previsível”, esta formulação traz consigo a

consequência indesejável de prever a falsidade de progressivos de eventos que efectivamente aconteceram e se concluíram na realidade.

Vejam, agora, o que nos diz a “**hipótese do conjuntivo**” (ou *Subjunctive Proposal*), tal como definida, numa primeira fase, por Landman (1992):

(32)

Subjunctive Proposal(1): PROG[*p*] é verdadeiro em (*w*, I) sse existe um processo decorrendo em (*w*, I) tal que, se continuasse para além do momento em que é interrompido em *w* (se continuasse no intervalo em que parou em *w*), *p* seria eventualmente verdadeiro.

Se, tal como a hipótese anterior, esta proposta dá conta de uma frase como “A Ana estava a atravessar a rua quando um camião a atropelou”, não é difícil imaginar uma situação em que ela falha os seus propósitos. Consideremos uma nova situação em que existem sucessivas rajadas de vento e em que o Zé está a montar uma tenda. Uma frase como “O Zé estava a montar a tenda quando uma rajada de vento a deitou por terra” é perfeitamente possível. Igualmente plausível será a verdade da seguinte afirmação: “Se a primeira rajada de vento não tivesse interrompido a actividade do Zé, uma segunda tê-lo-ia feito”. Num estado de coisas como este, se o processo não tivesse parado onde realmente parou, teria sido interrompido pouco tempo depois; *p* não poderia ser verdadeiro e, conseqüentemente, o Progressivo seria excluído, ao contrário dos factos.

Para evitar resultados tão insatisfatórios, Landman oferece uma reformulação da “hipótese do conjuntivo” nos seguintes termos:

(33)

Subjunctive Proposal(2): PROG[*p*] é verdadeiro em (*w*, I) sse existe um processo decorrendo em (*w*, I) tal que, se nada o tivesse interrompido, *p* teria sido eventualmente verdadeiro.

As consequências indesejáveis de uma análise deste género parecem evidentes: numa situação em que a Maria comeu dois bolos de entre cem e se prepara para comer o terceiro, uma proposta destas tornaria possível e verdadeira uma frase no Progressivo como “A Maria está a comer todos os bolos”, o que, naturalmente, não corresponde aos factos.

Atentemos, finalmente, na proposta que foi designada como a de “**parte/todo**” ou *Part-of Proposal*:

(34)

Part-of Proposal: $\text{PROG}[p]$ é verdadeiro em (w, I) sse o evento que está em progressão em (w, I) realiza uma parte suficiente do tipo de evento de p .

Esta proposta coloca, essencialmente, duas questões: que “porção” de um evento se pode considerar suficiente para realizar o seu “tipo de evento”? E como caracterizamos um “tipo de evento”? Ou seja, como determinamos qual a “porção de evento” mínima necessária, por exemplo, de “estar a desenhar um círculo”, que apresente propriedades comuns ao evento, suficientes para poder ser considerada parte do tipo de evento de “desenhar um círculo”? Quais os critérios que nos permitem dizer que um dado evento faz parte do tipo de eventos de “desenhar um círculo”? É necessário dar uma resposta concreta e precisa a estas questões para que uma proposta deste género tenha alguma consistência e deixe de ser tão vaga e tão pouco explícita como nos aparece na definição em (34).

Apercebendo-se dos problemas específicos destas propostas, Landman procura alterar algumas das suas definições centrais, com vista à formulação de uma teoria mais adequada à resolução dos problemas levantados pelo Progressivo.

Em termos do tratamento da noção de “normalidade”, Landman opta pelo estabelecimento de “**opções razoáveis**” relativas a um índice formado por um mundo e um evento, a verificar, passo a passo, em mundos alternativos, o mais próximos possível do mundo de referência, em que o evento não tenha sido interrompido. Assim, $R(e, w)$ é o conjunto de opções razoáveis para um dado evento, e , e um dado mundo de referência, w . Esta noção, tal como a de “normalidade”, apresenta o problema de variar conforme as situações, os conhecimentos e expectativas dos sujeitos falantes, remetendo, mais uma vez, se assim o podemos dizer, para um campo mais próximo da pragmática que da semântica.

Ao “*Part-of Proposal*”, Landman parece ir buscar a motivação principal que o leva a distinguir entre “parte” e “fase” ou “estádio” (“*stage*”)¹⁰ de um evento. Uma “fase” é, para este autor, uma parte de um evento que manifesta um dado número de propriedades comuns a esse evento, de forma a que se possa dizer que é o mesmo evento num estágio menos desenvolvido. Para se poder chamar, a uma parte de um evento, uma versão menos desenvolvida deste, é

necessário que ambos partilhem características em número suficiente, para se poderem identificar um com o outro, embora em níveis de desenvolvimento diferentes.

Finalmente, do “*Subjunctive Proposal*”, Landman retém a ideia de que é necessário seguir o evento no “mundo real” até este ser interrompido: só quando há uma interrupção no mundo real é que se torna necessário (e mesmo possível) recorrer à noção de opções razoáveis, ficando assim salvaguardada a verdade de Progressivos referentes a acontecimentos tidos ou considerados como “menos normais”, efectivamente verificados no mundo real.

A conjugação destas diversas noções dá origem à formulação do conceito de “*continuation branch*”, ou seja, a continuação, em termos de opções razoáveis, de um dado evento num (conjunto de) mundo(s) alternativo(s), próximo(s) ao mundo de referência, mas em que não se verifica a interrupção do evento:

(35)

O “*continuation branch*” para e em w é o menor conjunto de pares de eventos e mundos possíveis tal que:

a: Para todo o evento f em w , tal que e é um “estádio” de f , (f, w) pertence a $C(e, w)$, a continuação de e em w .

b: Se a continuação de e em w , f , pára em w , considera-se o mundo possível mais próximo de w , v , em que f não pára. Se v não pertence a $R(e, w)$, o “*continuation branch*” pára; se v pertence a $R(e, w)$, então (f, v) pertence a $C(e, w)$, i.e., é um “*continuation branch*” de (e, w) .¹¹

c: Este procedimento continua nos mesmos moldes até que, ou o “*continuation branch*” pára por não ser uma opção razoável para e (e o Progressivo, neste caso, é falso), ou o evento é completado no “*continuation branch*” e o Progressivo é verdadeiro.

Temos, agora, todo um enquadramento conceptual que nos permite apresentar as condições de verdade para o Progressivo, tal como propostas por Landman (1992).

(36)

PROG[p] é verdadeiro para (e, w) sse p é verdadeiro no “*continuation branch*” de (e, w) .

A proposta de Landman (1992) tem a grande vantagem de integrar a noção de evento nas suas definições, já que nos parece ser importante reportar as condições de verdade para o Progressivo às relações possíveis entre eventos (ou “fases” de eventos). No entanto, a introdução de um princípio de “normalidade”, através da ideia de “opções razoáveis”, e a dificuldade de caracterização de “fase” de evento (tal como Landman a apresenta aqui) tornam esta proposta um tanto ou quanto vaga. Na realidade, parece desejável dar conta da semântica do Progressivo sem recorrer a ideias como as de “conhecimentos do mundo” ou “perspectivação subjectiva de eventos”, implicadas nesta definição, não só por não serem claras nem consensuais, como por criarem grandes dificuldades a um esforço de formalização.

Com o objectivo de dar uma resposta mais satisfatória aos problemas que temos vindo a debater, Glasbey (1996) propõe uma definição das condições de verdade para o Progressivo que, embora mantendo certos pontos de contacto com a hipótese de Landman, explora, de uma forma renovada, alguns dos princípios a que já fizemos referência.

Tal como Landman, Glasbey assume que existe uma relação de parte/todo entre os vários estados de coisas e as formas progressivas correspondentes. Contudo, em lugar de recorrer à ideia de mundos possíveis, a autora prefere estabelecer uma relação deste género entre “tipos de situação” (*situation types*), i.e., situações “abstractas” ou “modelos abstractos” de situações e “realizações” (*tokens*), i.e., as realizações concretas das situações nas frases em que comparecem através de “passagens” ou “canais” (*channels*) que, neste caso concreto, para além de fazerem corresponder as formas progressivas às respectivas situações-tipo, suportam, potencialmente, todo um conjunto de restrições consideradas necessárias, dependendo das circunstâncias. Infelizmente, a vaguidade presente na noção de “parte” proposta por Landman parece manter-se aqui, pelo que a alteração de estratégia, neste caso, não se apresenta capaz, a nosso ver, de clarificar o problema. De facto, continuamos sem saber sob que condições e com base em que critérios uma determinada “realização” concreta corresponde a um “tipo” de situação abstracta.

Existem, apesar disso, muitos contributos bem positivos e interessantes nesta reformulação. Um deles é a substituição da noção de “opções razoáveis” pela de “**possibilidade concebível**”.

De facto, um Progressivo como “O João está a atravessar um campo minado” pode ser perfeitamente utilizado, embora, na maioria dos casos, a travessia não seja uma “opção razoável”; pelo contrário, “A Maria está a comer cem bolos” será, em geral, excluído, pois, para além de esta não ser uma “opção razoável”, é, igualmente, uma situação dificilmente concebível no mundo “real”, tomado como mundo de referência. Por outras palavras, um conceito como o de “possibilidade concebível”, não só dá conta, de forma mais adequada, de alguns exemplos problemáticos com o Progressivo, mas também é, aparentemente, mais consensual e, sob esse ponto de vista, mais facilmente integrável numa qualquer tentativa de formalização.

Uma outra vantagem deste tratamento parece-nos ser a maior flexibilidade quanto ao modo de encarar certas restrições impostas à avaliação dos valores de verdade para o Progressivo, essencialmente reflectida no papel fulcral que é conferido à ideia de “**perspectiva**”. Notemos, porém, que tal ideia nos coloca, mais uma vez, nas fronteiras entre semântica e pragmática, fazendo depender a avaliação dos valores de verdade de critérios algo “subjectivos”.

Apesar de resolver algumas das dificuldades com que nos deparámos ao analisar a proposta de Landman, Glasbey (1996) não submete à consideração muitas das complexidades de que o Progressivo se reveste. Em particular, nada nos diz sobre o seu comportamento estativo e a sua linha de argumentação dificilmente acomoda a possibilidade de eventos pontuais surgirem no escopo de formas progressivas. Por fim, nenhuma explicação é adiantada para o facto de os estados “não faseáveis” despoletarem anomalia semântica quando combinados com o Progressivo. Por todos estes factores, devemos procurar uma análise que interroge, de uma forma mais aprofundada, as implicações aspectuais da estrutura em causa.

Em semântica, a questão que devemos colocar é a seguinte: o que é realmente específico ao Progressivo, distinguindo-o de outros operadores aspectuais?¹²

Com o objectivo de encontrar uma resposta satisfatória para tão intrincados problemas, deixamos as abordagens que se baseiam em noções “externas” às eventualidades propriamente ditas (como são as de “intervalos” e “mundos possíveis”), detendo-nos, especificamente, no que se passa em relação à estrutura interna dos estados de coisas.

4.4. Propostas no Âmbito de uma Semântica de Eventos

As hipóteses de análise das condições de verdade para o Progressivo que apresentámos até este momento recorrem, de uma forma ou de outra, a conceitos (de certo modo) “periféricos” em relação à noção central de eventualidade. Vamos, agora, referir algumas propostas que tomam como ponto de partida os eventos e a sua própria estruturação interna. Abordaremos aqui, embora sem pormenorizar todos os seus fundamentos teóricos, as propostas de ter Meulen (1987), Parsons (1990) e Kamp e Reyle (1993).

A proposta apresentada por ter Meulen (1987) para tratar o Progressivo assemelha-se bastante, sob um certo ponto de vista, ao “*Part-of Proposal*” discutido na secção anterior. Efectivamente, também aqui as formas progressivas são encaradas como eventos incompletos. Segundo ter Meulen, “(...) an event is in progress in a given perspective if in a perspective refinement new stages of the event are introduced.” (ter Meulen (1987), p. 270).

As noções de perspectiva, concebida como o ponto de vista sob o qual um evento é (internamente) focalizado, e de “*stage*” (estádio) são essenciais para a compreensão do comportamento do Progressivo numa tal teorização: com efeito, este operador foca os eventos como sendo “incompletos”, ou seja, como potencialmente sujeitos a um prolongamento através da “adição” de outros “períodos” do mesmo (tipo de) evento numa nova perspectiva.

Associada à noção de divisibilidade (que serve para dar conta da homogeneidade de determinadas situações), esta definição permite resolver o Paradoxo do Imperfectivo. Assim, se um evento não divisível (não homogéneo) é perspectivado como incompleto, nada requer que alguma vez ele venha a existir enquanto evento completo (cf. “estar a ler um livro” não implica “ler um livro”); no entanto, se um evento é divisível (homogéneo), mesmo quando perspectivado como sendo incompleto, existe sempre uma “parte” suficientemente realizada, (inteiramente) idêntica ao seu todo, de forma a que “estar a viajar” implica necessariamente “viajar”.

Um obstáculo levantado a uma definição como esta prende-se, mais uma vez, com a determinação do conceito de “*stage*”: que “parte” de um evento pode ser (ou não) considerada um “estádio” desse evento? (Cf. a discussão em 4.3.). Outro problema sério tem a ver com a ausência de referências ao carácter estativo das formas progressivas (segundo ter Meulen, os “estádios” de um evento são vistos como categorialmente semelhantes a ele, i.e., serão igualmente de tipo “eventivo”, o que deixa por explicar o comportamento das formas

progressivas analisado em 3.1., ou seja, fica por aclarar a questão de saber como é que, de eventos, passamos a estados).

Recorrendo ao contraste entre os operadores **Cul** e **Hold**, Parsons (1990) concebe o Progressivo como o correspondente não culminado dos eventos com que ocorre. Dessa forma, “Sentences containing the progressive are to be analyzed in the same manner as those without the progressive, except that instead of saying that the event picked out by the verb culminates at the time in question, we say that its corresponding “in-progress” state holds at that time”. (cf. Parsons (1990), p. 234).

Sendo, portanto, **Hold** um marcador de Progressivo, uma frase como “O João está a comer a sopa” terá a seguinte representação:

(37)

PRES($\exists e$)[comer(e) & Sub(e, João) & Obj(e, a sopa) & Hold(e)].

O facto de o evento representado pelo Progressivo não culminar (e, nesse sentido, não ser perspectivado como “concluído”) permite dar conta do Paradoxo do Imperfectivo, já que estar em progressão (**Hold**) não implica necessariamente a culminação (e conseqüentemente a verdade do todo) de um evento. Uma outra vantagem desta análise reside no facto de as formas do Progressivo serem tratadas como estativos, o que está de acordo com as observações em 3.1.

Encontramos aqui, no entanto, alguns problemas que merecem toda a nossa atenção. Em primeiro lugar, e tendo em conta que Parsons não recorre a nenhum tipo de Rede Aspectual (cf. Moens (1987)), tal como formulada, esta proposta impede a existência de estados (mesmo que “faseáveis”) no Progressivo ou identifica as formas progressivas e não progressivas dos estados, o que tornaria contraditórios exemplos perfeitamente aceitáveis como “O João não é simpático, mas hoje até está a ser”. Uma outra questão complexa prende-se com a possibilidade de os “achievements” comparecerem no Progressivo: como poderemos explicar que um evento “pontual”, “momentâneo”, adquira, nestes contextos, duração?

Graças ao recurso ao Núcleo Aspectual de Moens (1987) e à perspectivação da estrutura “fásica” interna dos eventos, a proposta de Kamp e Reyle (1993) dá conta, simultaneamente, do

carácter, tanto incompleto (cf. ter Meulen (1987)), como não culminado (cf. Parsons (1990)) dos eventos presentes nas formas progressivas.

Tal como a formularam, a sua análise das condições de verdade para o Progressivo é a seguinte: “The eventualities described by progressive forms of a verb V are of the type which is represented by that part of the schema corresponding to the Aktionsart of V which terminates in, but does not include, the culmination point.” (cf. Kamp e Reyle (1993), p. 566).

Tal como acontece com as propostas anteriores, esta resolve, sem problemas, o Paradoxo do Imperfectivo. Assim, sendo as condições de verdade para o Progressivo idênticas às postuladas para as actividades (concebidas como constando apenas do processo preparatório), a verdade de uma actividade no Progressivo implica necessariamente a verdade da mesma actividade na sua forma não progressiva. Compreendendo os “accomplishments”, pelo contrário, uma culminação, para além do processo preparatório, a verdade de um Progressivo apenas implica a verdade de “parte” desta eventualidade, i.e., a verdade da sua “fase” preparatória, não implicando, pois, a verdade do todo do evento em causa.

Esta proposta, porém, enfrenta algumas das dificuldades que já apontámos para tantas outras: por um lado, não há nenhum tipo de referência ao carácter estativo das formas progressivas; por outro, não existe qualquer explicação para o facto de eventos atómicos, como os “achievements”, poderem surgir no Progressivo, tendo em conta que tais eventualidades não contêm em si mesmas uma fase preparatória.

Observadas em conjunto, estas propostas apresentam algumas vantagens comuns, mas também certos inconvenientes. Em termos de factores positivos, devemos destacar o facto de não recorrerem a conceitos extrínsecos à própria estruturação das eventualidades e de resolverem o chamado Paradoxo do Imperfectivo. No entanto, há algumas questões que ficam, ainda, sem uma resposta satisfatória. Uma delas prende-se com a possibilidade de os “achievements” surgirem com o Progressivo sem recurso à iteração. Outra tem a ver com o facto de certos estados (aqueles que designámos como “faseáveis”) serem possíveis com o Progressivo, ao contrário de outros (os chamados “não faseáveis”), que são agramaticais quando aparecem com a estrutura em causa. Por outras palavras, como explicar a ocorrência de frases como “O João está a ser simpático” face à impossibilidade de frases como “* O João está a ser português”?

São problemas como estes que teorias como a de Moens (1987), apresentada em seguida, procuram solucionar.

4.5. As Propostas de Vlach (1981) e Moens (1987)

As propostas que apresentaremos em seguida (como, aliás, as de Landman (1992) e Kamp e Reyle (1993)) concebem o Progressivo como um **operador aspectual**, ou seja, como um elemento semântico cuja principal função é a de “converter” ou “comutar” um dado tipo de situação num outro de natureza diferente. Sob este ponto de vista, o Progressivo “opera” sobre um determinado “*input*”, alterando-o nas suas propriedades aspectuais e perspectivando-o, conseqüentemente, de uma outra maneira, o que envolve, em geral, mudanças ao nível da categoria aspectual das predicções envolvidas.

É esta ideia que preside às hipóteses levantadas por Vlach (1981), quando procura dar-nos uma visão unificada do Progressivo, encarando-o como um operador que “transforma” as diversas eventualidades a partir (apenas) do seu próprio interior. Segundo a sua análise, o Progressivo tem como função central “comutar” frases de tipo não estativo em frases que descrevem estados. Mais especificamente, Vlach considera que o Progressivo opera sempre sobre processos ou actividades, perspectivando-os como estativos. Ou ainda, com o recurso a um pouco mais de formalização, podemos afirmar que $PROG[p]$ equivale a $Stat[Proc[p]]$, em que *Stat* é um operador de estatividade e *Proc* designa um processo ou actividade. Temos, pois, o problema do carácter estativo das formas progressivas resolvido: as construções progressivas comportam-se como estados em consequência da própria função que desempenham.

Esta definição não oferece quaisquer dificuldades quando estamos perante predicções que designam actividades: na verdade, trata-se apenas de converter um processo num estado, sem serem necessárias mais alterações. No entanto, parece-nos imprescindível mostrar como é que “accomplishments” e “achievements” “se tornam” processos.¹³ Essa explicação foi possível, de forma extremamente coerente, graças à Rede Aspectual de Moens (1987).

Tal como Vlach, Moens (1987) considera o Progressivo como um operador que converte processos (o seu “*input*”) em estados progressivos (o seu “*output*”). Graças às transformações que são possíveis, para as diferentes eventualidades, no interior da Rede Aspectual, praticamente

todas as classes aspectuais se combinam, sem grandes problemas, com o Progressivo. Assim, os processos podem ser directamente convertidos em estados progressivos (daí o facto de a verdade de “estar a correr” implicar necessariamente a de “correr”). Quanto aos processos culminados (accomplishments), basta que lhes seja retirada a culminação, passando a processos, para poderem surgir com as formas do Progressivo. As culminações (“achievements”) têm de, primeiro, passar a processos culminados, através da “adição” de um processo à culminação; seguidamente, perdendo a sua culminação, tornam-se processos, constituindo-se, desta forma, como o “*input*” desejado. Os estados [+faseáveis], por seu lado, passam primeiramente a processos e, depois disso, a estados progressivos. Por fim, os pontos, através de iteração, passam a processos iterados ou Actividades de Múltiplos Eventos (cf. Smith (1991), 3.4.1), podendo, assim, comparecer em construções progressivas.

Uma análise como esta permite resolver praticamente todos os problemas com que nos deparámos até este momento. Vamos, pois, de forma breve, mostrar como os poderemos solucionar, recorrendo aos conceitos apresentados.

Observámos atrás que nem todos os estados são compatíveis com o Progressivo.

Se recorrermos à noção de estados “não faseáveis”, obteremos uma pista interessante para a resolução deste problema: de facto, em Cunha (1998), constatámos que apenas certos estados, os ditos “faseáveis”, se podem comportar como eventos, devido à facilidade com que parecem passar a processos, nos “caminhos” do interior da Rede Aspectual. Previsivelmente, apenas esta classe de estativos estará em condições de comparecer com o Progressivo, já que somente ela se pode constituir como o “*input*” requerido para tal. Os estados que designámos como não “faseáveis”, ao contrário dos anteriores, não manifestam a possibilidade de se converterem em processos, sendo, conseqüentemente, excluídos por não se constituírem como “*input*” adequado para o Progressivo. Não surpreende, por isso mesmo, que frases como “O João está a ser simpático com a Mariana” (estado “faseável”) sejam perfeitamente aceitáveis, ao contrário de frases como “* O meu casaco está a ser azul escuro” ou “* A Ana está a ser nova” (estados não “faseáveis”) que ostentam anomalia semântica (cf. Cunha (1998), 1.2).

A possibilidade da combinação de “achievements” com formas progressivas tem também, nesta teoria, uma explicação bastante simples e perfeitamente natural. Com efeito, as transições

que a Rede Aspectual permite (neste caso a associação da culminação com um processo e o posterior “desaparecimento” dessa culminação) respondem satisfatoriamente a esta questão, tão problemática para as teorizações que não exploram a estruturação “fásica” interna das eventualidades.

O facto de o “*input*” para o Progressivo ser necessariamente um processo permite dar conta do Paradoxo do Imperfectivo. Nesta linha de pensamento, sempre que um Progressivo de uma actividade é verdadeiro, a sua correspondente não progressiva também o será, já que, na realidade, as condições de verdade de uma actividade e do Progressivo que lhe corresponde são basicamente as mesmas (a passagem de processo a estado não parece alterá-las grandemente). Quando, porém, estamos perante processos culminados, o caso é diferente. Sendo necessário que estes se convertam em processos, antes de poderem surgir com o Progressivo, as suas condições de verdade serão, necessariamente, alteradas. Assim, as formas progressivas reflectem apenas as condições de verdade associadas à “parte” processual do “*accomplishment*”, bem diferentes, como sabemos, daquelas que definem esta categoria enquanto tal.

O carácter processual do “*input*” do Progressivo permite, igualmente, explicar determinadas propriedades desta construção que não são “típicas” dos estativos. Na verdade, as estruturas progressivas manifestam um certo “dinamismo”, mantêm, pelo menos até certo ponto, a agentividade (cf. “O João está deliberadamente a fugir ao assunto”) e permitem, em determinados casos, a existência de pausas (ou seja, nem sempre manifestam a chamada propriedade de subintervalos, característica comumente atribuída aos estados). Dinamismo, (algumas manifestações de) agentividade e possibilidade de pausas podem ser vistos como um reflexo das propriedades inerentes aos processos que servem de “*input*” ao Progressivo.

O facto de o Progressivo ter como seu “*output*” um estado permite dar conta do comportamento estativo associado a este tipo de construção, tal como já assinalámos em 3.1.. Com efeito, o Progressivo parece “tornar” estativas as predicções com que ocorre (veja-se a discussão em 3.1. para a fundamentação empírica de tal assumpção).

Finalmente, se admitirmos a hipótese de que a estruturação “fásica” das eventualidades (com todas as suas alterações) se pode “projectar” sobre certos argumentos internos (nomeadamente os “objectos” dos chamados “verbos de criação”), esta proposta torna, de certo modo, bastante mais claro e coerente o problema dos “objectos incompletos” (cf. 3.4.).

Importa, ainda, deixar uma breve referência à avaliação das condições de verdade para o Progressivo numa proposta como esta. Ao contrário do que sucede com muitas das hipóteses anteriores, podemos dizer que, neste caso, não existe uma relação directa entre a verdade do Progressivo e a dos tipos de situação que lhe dão origem. De facto, para que uma frase com um dado Progressivo seja verdadeira, é apenas requerido que o estado progressivo, derivado de um processo (que, por sua vez, pode provir de uma outra qualquer eventualidade) seja verdadeiro. Isto significa, em última análise, que a verdade da situação inicial não será exigida para que o Progressivo possa ser verdadeiro. No entanto, os “movimentos” presentes na Rede Aspectual (que estão subjacentes ao Progressivo e podem ser sempre reconstituídos) asseguram uma ligação indirecta mas importante entre a forma progressiva e a predicação-base que lhe é correspondente. Poderemos encontrar, no entanto, um aparente contra-argumento para a hipótese aqui defendida: o facto de não dar conta da não aceitabilidade, por parte de uma grande maioria de falantes, de frases como “A Maria está a comer cem bolos”. Devemos notar, em primeiro lugar, que tal facto não parece dever-se a uma real anomalia semântica (como sucede com os estados não “faseáveis” no escopo do Progressivo), mas antes a uma inadequação às condições típicas do “mundo real”. Sob este ponto de vista, a adopção de um conceito como o de “possibilidade concebível”, proposto por Glasbey (1996) solucionaria estes casos. Advertimos, contudo, que tal noção não deverá ser introduzida nas condições de verdade para o Progressivo, já que, parece-nos, o problema apontado se estende a praticamente todos os operadores aspectuais. De facto, o que nos leva a ter dúvidas em relação à interpretação da frase com o Progressivo é extensível a frases como “A Maria começou/andou/continuou (etc.) a comer cem bolos”. Logo, um critério de “possibilidade concebível” — sempre relativo a um dado mundo de referência —, a aplicar-se, terá de ser realizado a um nível bem mais geral.

Parece-nos, pois, lícito concluir que, com esta proposta de análise, não só é possível dar conta das alterações sofridas pelos diversos tipos de eventualidades, quando ocorrem em frases progressivas, espelhadas nos problemas levantados em 3.3., como também se torna, sob um certo ponto de vista, mais fácil responder a todas as questões que a complexidade da estrutura nos foi colocando (embora saibamos, naturalmente, que não há soluções definitivas para todas as nossas dúvidas); além disso, ainda nos é fornecida uma explicação unificada, intrínseca, para o operador de Progressivo, independente de quaisquer factores externos à própria estrutura dos eventos (i.e.,

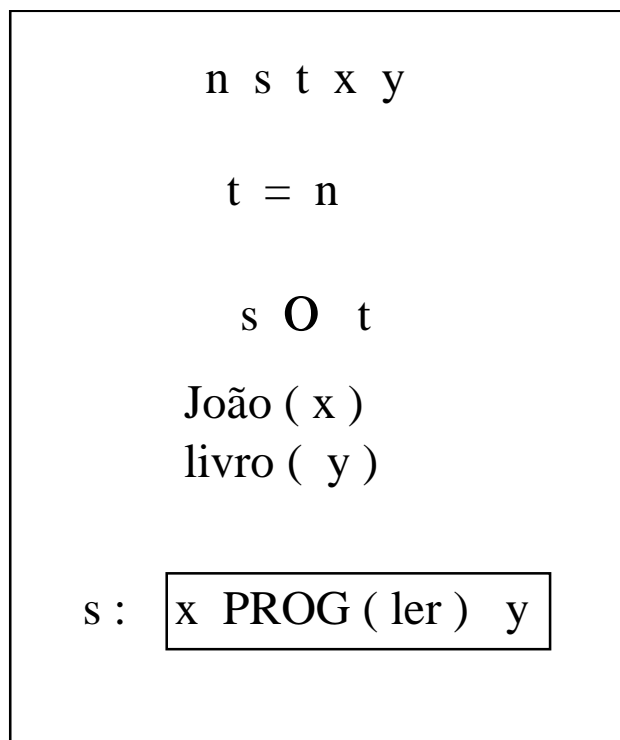
sem o recurso a quaisquer noções extrínsecas à “composição” aspectual dos estados de coisas, como são as de “*inertia worlds*”, “momentos” e “intervalos” de tempo, etc).

5. PARA UMA REPRESENTAÇÃO FORMAL DA SEMÂNTICA DO PROGRESSIVO

Até este momento, temos vindo a dar atenção às condições de verdade requeridas pelas construções com Progressivo. Agora vamos discutir, à luz dos resultados obtidos, (e ainda que de uma forma muito breve) a sua representação semântica no quadro da formalização proposta na Teoria das Representações Discursivas.

Tomaremos como ponto de partida as hipóteses levantadas por Kamp e Reyle (1993), 5.3.4.2. Estes autores concebem a DRS para as frases no Progressivo como manifestando uma eventualidade de tipo estativo e introduzem nela um operador de Progressivo, **PROG**, que tem escopo sobre o verbo.

Uma frase como “O João está a ler um livro” obteria a seguinte representação formal:



Uma tal concepção merece-nos, contudo, algumas observações. Em primeiro lugar, se considerarmos que o Progressivo é um operador aspectual, que toma como “*input*” necessário um processo, é de toda a conveniência deixar bem patente na representação que este elemento não “opera” apenas sobre o verbo, isoladamente, mas sobre a predicação, na sua globalidade, em concordância, aliás, com o que foi dito na discussão de 3.4. e 4.5.. Nesta medida, a sua representação formal deverá dar conta de um tal facto, alargando o escopo do Progressivo à totalidade do evento em causa. Por outro lado, esta proposta não relaciona o operador Progressivo com o estado que resulta da sua aplicação; ou seja, não existe qualquer tipo de referência explícita ao facto de o estado representado ser, na verdade, um “efeito” directo da aplicação do operador de Progressivo.

Para obviar a estes problemas, propomos, tentativamente, algumas alterações à DRS anterior, com o objectivo de dar conta, de forma mais explícita, do carácter “operativo” do Progressivo. Infelizmente, a Teoria das Representações Discursivas não nos fornece uma resposta satisfatória, na medida em que seria desejável um enquadramento teórico que permitisse dar conta do “dinamismo” das mudanças ao nível das classes aspectuais. Mesmo assim, e tendo em vista uma hipotética formalização que satisfaria estes nossos requisitos, sugerimos a introdução, no início da representação, de um evento, seguida pela informação de que tal evento é convertido

em estado pelo efeito do Progressivo, informação que expressaríamos convencionalmente como $PROG(e) \Rightarrow s$ (i.e., o Progressivo de um evento (processual) dá origem a um estado).

Uma representação hipotética contendo estas informações parece trazer certas vantagens. Tentaremos, em seguida, enumerar algumas das mais relevantes.

Em primeiro lugar, o facto de o “*input*” processual estar presente na formalização para o Progressivo, através da introdução inicial de um evento, permitiria integrar, na representação formal, alguma informação semântica adicional importante. Como notámos em 4.5., o carácter processual do “*input*” do Progressivo não é, de forma alguma, semanticamente irrelevante, na medida em que ele ajuda a explicar o Paradoxo do Imperfectivo, bem como outras propriedades desta estrutura (dinamismo, agentividade, presença de pausas). A maior visibilidade do “*input*” evidenciaria o papel destas características semânticas na construção.

Em segundo lugar, uma proposta como esta reflectiria o facto de que o Progressivo “opera” sobre a totalidade de um evento e não apenas sobre elementos linguísticos isolados, como verbos ou SVs, o que parece estar de acordo com as observações relativas aos “objectos incompletos” e às transições de predicacões na Rede Aspectual.

Um outro ponto que uma proposta como esta poderá tratar adequadamente diz respeito à relação entre o Progressivo e o carácter estativo da eventualidade em que ele ocorre: o estado (progresivo) será, aqui, naturalmente apresentado como uma consequência — o “*output*” — resultante da intervenção do operador em questão.

Finalmente, a análise que temos vindo a defender vai ser capaz de apresentar, de um certo modo, a globalidade da “operação” aspectual resultante da aplicação do Progressivo, i.e., a passagem do “*input*” (evento) ao “*output*” (estado), como o seu efeito semântico principal.

Sistematizando:

Para dar conta das propriedades do Progressivo surgiram diversas propostas. Nem todas, no entanto, foram capazes de acomodar os diversos problemas apresentados na secção anterior.

- As propostas baseadas numa semântica de “momentos” ou “intervalos” nem sempre resolvem o problema do Paradoxo do Imperfectivo (cf. Scott (1970), Bennett e Partee

(1978)) nem dão conta da possibilidade de “achievements” no Progressivo (cf. Bennett (1981)).

- As propostas que recorrem a uma certa “modalização”, como as de Dowty (1979) ou de Landman (1992), embora solucionando o Paradoxo do Imperfectivo, recorrem a noções difíceis de definir e algo “exteriores” à noção de evento (cf. os “*inertia worlds*” ou as “opções razoáveis”).
- As propostas que surgem no âmbito de uma semântica de eventos, sem recurso à comutação aspectual (cf. ter Meulen (1987), Parsons (1990), enfrentam problemas ao nível da explicação do surgimento de “achievements” com o Progressivo, bem como do carácter estativo das frases em que este operador comparece.
- Apenas a inclusão de um sistema composto por um Núcleo e uma Rede Aspectual, como o de Moens (1987) permite responder satisfatoriamente aos problemas que levantámos em 3., concebendo o Progressivo como um operador aspectual que converte um “*input*” necessariamente processual num “*output*” de tipo estativo.

NOTAS

- 1 - O carácter “durativo” que atribuímos às construções Progressivas é facilmente constatável através da possibilidade de ocorrência de tais estruturas com adverbiais durativos:
(I)
 - a: O João esteve a correr durante uma hora.
 - b: A Maria esteve a morrer durante uma semana.
- 2 - Naturalmente, este argumento só será válido em conjugação com todos os outros. Vista isoladamente, a agramaticalidade desta frase pode ser devida a outros factores, nomeadamente à impossibilidade de iteração de operadores aspectuais.
- 3 - No entanto, se acrescentarmos certos adverbiais, algumas destas frases parecem mais aceitáveis (ou até mesmo gramaticais): “(?) O patrão persuadiu o João a estar a trabalhar durante mais uma hora”, “(?) A mãe obrigou o João a estar a ler o livro durante a manhã”. Não discutiremos, porém, este problema aqui.
- 4 - Abstraímos aqui do chamado “**uso reportivo**” do Presente do Indicativo. Seja como for, esse uso está fortemente condicionado pelo contexto e envolve questões pragmáticas que o denominado “presente real” dos estativos (e do Progressivo) não manifesta.
- 5 - Ou, dito de outra maneira, $PROG[p]$ é verdadeiro relativamente a um instante t sse p é verdadeiro em todos os momentos de um intervalo aberto contendo t .
- 6 - Utilizamos aqui “neutra” no sentido de “não modificada” em termos aspectuais.
- 7 - Ou, nas palavras de Bennett e Partee (1978), “John is building a house is true at I if and only if I is a moment of time, there exists an interval of time I' such that I is in I', I is not an endpoint for I', and John builds a house is true at I'” (p. 13).
- 8 - Ou, segundo as próprias palavras de Bennett (1981), “Jones is leaving is true at interval of time I if and only if I is a moment of time, and there exists an interval of time I' such that I' is an open interval, I is included in I' and Jones is in the extension of leave at I'.” (p. 15).
- 9 - Notemos que, nestes exemplos, surge a conjunção contrastiva *mas*, o que indicia uma ideia de “inesperado” ou “não normal” (cf. o “princípio de normalidade” postulado em certas propostas de tratamento para o Progressivo).
- 10 - A noção de “*stage*”, proposta por Landman (1992), partilha algumas propriedades importantes com a de “fase”, referida em Cunha (1998), 1.2.. Por esse motivo, optámos por traduzir “*stage*” pelo termo “fase”, embora, a nosso ver, não seja muito fácil, no contexto da teoria desenvolvida por Landman, distinguir “fase” de “período” ou de “estádio”. Daí a forma indiferenciada com que, excepcionalmente, utilizamos aqui estes termos.
- 11 - Note-se que a fórmula $C(e, w)$ representa o conjunto de “*continuation branches*” possíveis para e em w .
- 12 - Teorias baseadas em noções como as de “normalidade” ou “opções razoáveis” serão, no entanto, perfeitamente possíveis num enquadramento em que haja uma mais forte ligação entre semântica e pragmática. Na realidade, conceitos como estes têm muito a ver com o nosso conhecimento do mundo e a forma como o integramos no uso linguístico, pelo que o recurso à pragmática é indispensável para a sua compreensão.
- 13 - Vlach tenta mostrar como se podem obter processos a partir de outras classes aspectuais. Por exemplo, no que respeita aos “accomplishments”, ele afirma que $Proc[p]$ designa o processo que, se continuado, levaria à verdade de p . Esta definição é muito próxima do “*subjunctive proposal*” apresentado em 4.3., partilhando com ele o mesmo tipo de problemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACH, E., (1981), “On Time, Tense, and Aspect: An Essay in English Metaphysics”, in P. Cole (ed), *Radical Pragmatics*, New York, Academic Press.

BACH, E., (1986), “The Algebra of Events”, *Linguistics and Philosophy*, Vol. 9, nº 1, 5-16.

BENNETT, M., (1981), “Of Tense and Aspect: One Analysis”, in P. Tedeschi e A. Zaenen (eds), *Syntax and Semantics, Vol. 14: Tense and Aspect*, New York, Academic Press, p. 13-30.

BENNETT, M. e B. PARTEE (1978), *Toward the Logic of Tense and Aspect in English*, Indiana, Indiana University Linguistics Club.

BINNICK, R., (1991), *Time and the Verb. A Guide to Tense and Aspect.*, Oxford, Oxford University Press.

CUNHA, C. E CINTRA, L., (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições Sá da Costa.

CUNHA, L. F., (1998), *As Construções com Progressivo no Português: uma Abordagem Semântica*, Dissertação de Mestrado, Porto, F.L.U.P.

DAHL, O., (1985), *Tense and Aspect Systems*, Oxford, Basil Blackwell Ltd.

DOWTY, D., (1979), *Word Meaning and Montague Grammar*, Dordrecht, Reidel Publ. Comp..

DOWTY, D., (1986), “The Effects of Aspectual Class on the Temporal Structure of Discourse: Semantics or Pragmatics?”, *Linguistics and Philosophy*, Vol. 9, Nº. 1, 37-62.

FILIP, H., (1996), “Boundedness in Temporal and Spatial Domains”, in E. H. Casad (ed), *Cognitive Linguistics Research - Cognitive Linguistics in the Redwoods, the Expansion of a New Paradigm in Linguistics*, Berlin, Mouton de Gruyter, 665-692.

GLASBEY, S., (1996), “The Progressive: a Channel-Theoretic Analysis”, *Journal of Semantics*, Vol. 13, N. 4, 331-361.

KAMP, H. e U. REYLE, (1993), *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.

KENNY, A., (1963), *Action, Emotion and Will*, New York, Humanities Press.

KRATZER, A., (1989), “An Investigation of the Lumps of Thought”, *Linguistics and Philosophy*, Vol. 12, Nº 5, 607-653.

KRIFKA, M., (1989), “Nominal Reference, Temporal Constitution, and Quantification in Event Semantics”, in R. Bartsch, J. van Benthem e P. van Boas (eds), *Semantics and Contextual Expression*, Dordrecht, Foris Publication, 75-115.

LANDMAN, F., (1992), “The Progressive”, *Natural Language Semantics*, Vol. 1, 1-32.

LOPES, A., (1995), “Tempo, Aspecto e Coesão Discursiva”, *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. III, Lisboa, 351-371.

LOPES, O., (1972), *Gramática Simbólica do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- LYONS, J., (1978), *Semantics*, Vol. 2, Cambridge, Cambridge University Press.
- MATEUS, M. H., et al., (1989), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho.
- MEULEN, A. ter, (1987), “Incomplete Events”, *Proceedings of the Sixth Amsterdam Colloquium*, University of Amsterdam, 263-279.
- MOENS, M., (1987), *Tense, Aspect and Temporal Reference*, Edimburgo, Tese de Doutoramento.
- MOENS, M., e M. STEEDMAN (1988) “Temporal Ontology and Temporal Reference”, *Computational Linguistics*, 14.
- MOURELATOS, A., (1981), “Events, Processes and States”, in P. Tedeschi e A. Zaenen (eds), *Syntax and Semantics, Vol. 14: Tense and Aspect*, New York, Academic Press.
- OLIVEIRA, F., (1991)a, “Alguns Aspectos do Aspecto”, *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa.
- OLIVEIRA, F., (1992), “Algumas Questões Sobre Tempo e Aspecto”, *Cadernos de Semântica* 9, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- OLIVEIRA, F., (1994), “Algumas Peculiaridades do Aspecto em Português”, *Actas do Congresso Internacional Sobre o Português*, Vol. II, Lisboa, A.P.L., 151-190.
- OLIVEIRA, F., (1995), “Aspecto: Algumas Questões”, *Cadernos de Semântica*, 20, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- OLIVEIRA, F., e A. LOPES (1995) “Tense and Aspect in Portuguese” in R. Thieroff (ed) *Tense Systems in European Languages*, Vol. II, Tübingen, Niemeyer, 95-115.

PARSONS, T., (1990), *Events in the Semantics of English: a Study in Subatomic Semantics*, Cambridge Mass., the MIT Press.

RYLE, G., (1949) *The concept of Mind*, London, Barnes and Noble.

SCOTT, D., (1970) "Advice in Modal Logic" in Lamber, K. (org), *Philosophical Problems in Logic*, Dordrecht, Reidel.

SMITH, C., (1991), *The Parameter of Aspect*, Dordrecht, Kluwer Academic Press.

VENDLER, Z., (1967), *Linguistics in Philosophy*, New York, Cornell University Press.

VERKUYL, H., (1993) *A Theory of Aspectuality, the Interaction Between Temporal and Atemporal Structure*, Cambridge, Cambridge University Press.

VLACH, F., (1981), "The Semantics of the Progressive", in P. Tedeschi e A. Zaenen (eds), *Syntax and Semantics, Vol. 14: Tense and Aspect*, New York, Academic Press, p. 271-292.